

RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.141 - RN (2014/0236939-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
ADVOGADO : GABRIEL HENRIQUE CASTELO BRANCO DE JESUS E
OUTRO(S) - PE021912

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **União**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 85):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO - VMAA DO FUNDEF. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DO FUNDO PELA UNIÃO. EXECUÇÃO DO VALOR INCONTROVERSO. POSSIBILIDADE.

1. Agravo de Instrumento manejado em face de decisão que indeferiu o pedido formulado pelo Agravante de prosseguimento da execução, em relação aos valores incontroversos, com fundamento na impossibilidade de utilização de parte do valor expedido para pagamento dos honorários contratuais.

2. In casu, os Embargos à Execução foram parciais, uma vez que a União reconheceu ser devedora do montante de R\$ 4.476.873,11 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e setenta e três reais e onze centavos), sendo este valor incontroverso.

3. Não há qualquer óbice à execução definitiva, com a expedição de precatório ou RPV, quando se está diante de valores incontroversos.

4. A justificativa expedida pelo Agravado, e abraçada pelo magistrado a quo como razão de decidir, não pode servir como obstáculo para prosseguimento da execução dos valores incontroversos, pois, ainda que não fosse possível a retenção dos honorários contratuais (entendimento rechaçado por esta Eg. Terceira Turma), seria permitida a expedição do precatório. Agravo de Instrumento provido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73; 1º, *caput* e § 3º, 2º, *caput* e § 6º, da Lei n. 9.424/96; e 2º, 4º, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29,

todos da Lei n. 11.494/2007. Para tanto, sustenta que o aresto integrativo deveria ser anulado, porque não teria sanado vício indicado nos aclaratórios. Por fim, aduz que a verba em discussão tem origem no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF, com destinação exclusiva para manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e valorização do magistério, conforme disposto no art. 2º da Lei n. 9.424/96. Nesse contexto, afirma que não é possível a utilização da referida verba para o pagamento de honorários advocatícios contratuais.

É o relatório.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto à possibilidade de retenção dos honorários advocatícios contratuais em título executivo oriundo de demanda que buscou diferenças devidas pela União, a título de complementação de recursos do FUNDEF repassados a menor, razão assiste à parte recorrente.

A Primeira Seção, ao julgar o **REsp 1.703.697/PE**, relator Ministro Og Fernandes, concluiu que pela impossibilidade do destaque pretendido (acórdão pendente de publicação), o que foi referendado pela Primeira Turma, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO.
FUNDEF/FUNDEB. DESTINAÇÃO ESPECÍFICA.

*HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS.
RETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.*

1. A Primeira Seção desta Corte, na sessão de julgamentos do dia 10/10/2018, no bojo do REsp 1.703.697/PE, sob a relatoria do em. Min. Og Fernandes, consolidou o entendimento de que não é possível o destaque dos honorários advocatícios em crédito do FUNDEB/FUNDEF concedido por via judicial, em face da vinculação constitucional e legal específica dos referidos recursos para investimentos na área da educação.

2. Hipótese em que a aplicação do art. 22, § 4º, do Estatuto da OAB fica inviabilizada, visto que o título executivo judicial se refere a verbas que possuem destinação constitucional e legal específica.

3. Recurso especial provido.

(REsp 1.555.194/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 18/12/2018)

Assim, presente a vinculação dos recursos provenientes do FUNDEF, independentemente de como tenha sido obtido pelo município (por transferência direta da União ou pelo posterior reconhecimento judicial do valor faltante), sua destinação remanescerá vinculada às finalidades do fundo, ou seja, direcionada à exclusiva manutenção e desenvolvimento do ensino de base, sendo vedado o emprego dos respectivos montantes em situações diversas, a exemplo da pretendida retenção para o adimplemento de verba advocatícia contratual.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e **dou-lhe provimento**, nos termos da fundamentação acima, para determinar que o valor do precatório expedido permaneça vinculado ao desenvolvimento da educação, bem como seja creditado em conta específica do atual FUNDEB.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator